

# A revista do Arquivo do Distrito Federal

**Sandra Horta**

*Gerente de Pesquisa do AGCRJ*

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é uma das mais antigas instituições arquivísticas do país, tendo sido criado após a fundação da cidade, em 1º de março de 1565. Os primeiros atos de Estácio de Sá foram instituir o regimento e o foral,<sup>1</sup> lançando as bases do governo local, conforme disposto nas Ordenações Manoelinas, conjunto de leis que vigorou no reino Português entre 1501 e 1603.

Após o falecimento de Estácio de Sá, em 20 de fevereiro de 1567, como consequência do combate de uruçumirim contra os franceses que haviam ocupado a Baía de Guanabara, coube a Mem de Sá transferir a cidade para um sítio mais adequado à sua defesa. No morro do Castelo, então denominado do Descanso, erigiu a cidadela bem cercada e fortificada, contendo o casario, a igreja dos padres de Jesus, a cadeia, as casas dos armazéns e a Casa da Câmara, cabendo aos vereadores guardar os documentos que passariam a ser produzidos no exercício da vereança “em uma arca grande e boa”, dando origem ao arquivo da instituição.

1 Segundo Nireu Cavalcanti, apesar de citados na documentação referente às sesmarias, esse documentos não foram localizados, restando a dúvida se Estácio de Sá os trouxera consigo. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p. 23.

No período colonial, as câmaras ou conselhos municipais exerciam funções administrativas, legislativas, políticas, judiciais, fazendárias e policiais, e toda a documentação originária desses expedientes foi se acumulando com o passar do tempo. Aos documentos da lavra da Câmara do Rio de Janeiro os escrivãos – responsáveis por registrar e guardar o acervo –, juntaram aqueles produzidos pela Coroa portuguesa, pelos órgãos metropolitanos e pelas autoridades constituídas da capitania, tornando o Arquivo do Conselho o depositário de um rico conjunto documental público/oficial que transcendia os limites meramente locais.

Com o advento da República, em 15/11/1889, a antiga Câmara – que se caracterizara por acompanhar, influir e participar do cotidiano da cidade

por quase quatro séculos – foi extinta pelo Governo Provisório do marechal Deodoro da Fonseca e substituída pelo Conselho de Intendência, que passava a responder pelas atribuições que cabiam anteriormente àquela instituição e cujos presidentes, nomeados pelo governo federal, detinham a função de chefes do executivo municipal. Concomitantemente, o Município Neutro do Império foi transformado em Distrito Federal, capital da recém-implantada República. Com a promulgação, pelo Congresso Nacional, em 20 de setembro de 1892, da Lei Orgânica do Distrito Federal, os poderes Legislativo e Executivo foram, enfim, separados: ao Conselho de Intendência, cujos membros eram eleitos pela população,<sup>2</sup> coube legislar, e à recém-criada Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo titular era indicado pelo governo federal, foi entregue o poder Executivo.

O Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, que reorganiza as repartições da Prefeitura, cria também o seu arquivo, denominando-o de Arquivo do Distrito Federal, órgão que, ao lado de outras repartições, passa a desempenhar funções executivas do governo municipal, com status de Secretaria, compreendendo duas seções: Seção de História do Distrito Federal e Seção Geral dos Negócios Municipais. Cumpre notar que o acervo do antigo Arquivo da Câmara foi transferido para a estrutura da Prefeitura, talvez porque parte importante dos documentos sob sua custódia vinculava-se diretamente ao exercício da administração da municipalidade, uma vez que a Lei Orgânica de 1828 retirara das câmaras uma série de prerrogativas.<sup>3</sup> Essas são, portanto, as origens e a natureza das principais fontes de que a revista poderia dispor para atingir os objetivos definidos por seus criadores.

O mesmo Decreto que estabeleceu a estrutura da recém-instalada Prefeitura, no artigo 21, inciso IV, dispõe sobre a criação de uma revista com o objetivo de “publicar periodicamente os arquivos do Distrito Federal, contendo todos os documentos que possam interessar a tal gênero de publicação”.<sup>4</sup> Embora tenha sido concebida na gestão do prefeito Barata Ribeiro (1892/1893), o 1º número da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* só foi lançado em 1894, no governo de Henrique Valadares. A *Revista* conheceu dois momentos distintos. No primeiro, circulou mensalmente entre os anos de 1894 e 1897, período

<sup>2</sup> O voto não era obrigatório, mas só poderia votar quem estivesse alistado, cujos pré-requisitos eram: ser maior de 21 anos, saber ler e escrever e ter residência no município há mais de dois meses.

<sup>3</sup> A lei Orgânica de 1828, lei de organização dos municípios, promulgada pela Assembléia Geral do Império, em 1º de outubro de 1828, estabeleceu uma drástica redução da autonomia administrativa e política das municipalidades, rompendo a longa tradição ibérica de centralizar nos conselhos as funções executivas, legislativas e judiciárias. Após a promulgação dessas leis as Câmaras se tornaram órgãos meramente administrativos, sem poder de exercer qualquer jurisdição contenciosa. As Câmaras foram submetidas ao rígido controle dos conselhos gerais, dos presidentes de província e do governo geral. FERNANDES, Maria Célia. *História do Arquivo da Cidade* – ainda não publicado.

<sup>4</sup> Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, Capítulo no capítulo VII, art 21º, inciso IV.

no qual foram publicados 48 fascículos, contendo cerca de 300 documentos dos mais expressivos do acervo do Arquivo e de outras instituições. O periódico teve continuidade na gestão do prefeito Furquim Werneck (1895-1897) e encerrou suas atividades na gestão de Ubaldino do Amaral Fontoura (1897-1898). Ilustrado com gravuras, mapas e plantas “executados por escolhidos artistas nacionais e estrangeiros”,<sup>5</sup> era distribuído também através de assinaturas, cujo pagamento poderia ser remetido pelo correio ao diretor da instituição.

O segundo momento iniciou-se em 1950, na administração do prefeito Angelo Mendes de Moraes (1947/1951), sendo Roberto Macedo e depois Othon Ferreira de Barros os diretores do Departamento de História e Documentação (ao qual se subordinava o Arquivo do Distrito Federal) os principais responsáveis pela edição da Revista. Os números II e III foram publicados na gestão do prefeito João Carlos Vital (1951/1952) e os números IV e V no governo de Alim Pedro (1954/1955).

Em 1940 foi criado o Departamento de História e Documentação, subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, da qual o Arquivo Geral passou a ser um mero serviço. Em 1941, uma Resolução da Secretaria Geral de Educação e Cultura manteve o Arquivo como um serviço do Departamento de História e Documentação, juntamente com o Serviço de Museus da Cidade e o Serviço de Correspondência,<sup>6</sup> o que significava, na prática, perda de prestígio e de poder decisório. Sem dúvida, ambos terão reflexos na organização, no consumo, no alcance e na circulação da *Revista*, publicada na década de 1950.

Os cerca de 60 anos que separam a primeira da segunda fase da *Revista* podem ser creditados não só à indiferença dos administradores municipais com relação à preservação da memória local como também à falta de numerário para patrocinar a empreitada, sendo que vontade política, prioridades e liberação de recursos estão, evidentemente, correlacionados. No século XIX, a publicação também arrecadava recursos através da venda a assinantes,<sup>7</sup> o que não devia representar muito em termos financeiros. Na segunda metade do século XX, contava apenas com a verba proveniente do poder público, tendo sido inclusive mencionadas, no número lançado em 1950, as dificuldades enfrentadas “face à angustias do orçamento”.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, janeiro de 1894.

<sup>6</sup> FERNANDES, Maria Célia – *História do Arquivo da Cidade* – ainda não publicado.

<sup>7</sup> Preço das assinaturas: anual – 20\$000, semestral – 10\$000 e número avulso 2\$000. Nessa época uma carta postada no Rio de Janeiro para endereço na própria cidade custava 50 réis. Uma passagem de embarcação a vapor de Magé à Corte custava: passageiro calçado – 2\$000, passageiro descalço – 1\$000, animal de montaria – 3\$0000. *Guia do Viajante*, G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1884.

De qualquer forma, a ausência de dotação orçamentária evidencia que poucos foram os gestores municipais que compreenderam o mérito do trabalho encetado pelos diretores do Arquivo do Distrito Federal, que consistia principalmente em “trasladar” o teor dos documentos que consideravam mais significativos, obtendo, assim, o que hoje denominamos de “cópia de segurança”. Numa época em que não existiam o microfilme e o scanner restava aos envolvidos com a preservação da memória, resguardadas as proporções, agir como os monges copistas da Idade Média, providenciando, no caso do Arquivo, a reprodução impressa dos manuscritos mais valiosos na opinião dos editores da *Revista*.

Ao analisar a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Manoel Salgado ressalta o fato de que “o próprio imperador (...) já observara uma discrepância entre a publicação de fontes e a publicação de trabalhos inéditos de membros do Instituto” (SALGADO GUIMARÃES, s/d, p.2). Na *Revista do Arquivo do Distrito Federal* também se nota que a publicação de textos analíticos é muito inferior à de documentos, sendo que, na primeira fase, além de poucas, a maioria das colaborações não traz assinatura.

Mello Moraes Filho<sup>9</sup> foi colaborador constante na década de 1890, quase todos os textos então publicados são de sua autoria, geralmente na seção denominada ECOS. Nessa época, a revista trazia, além de documentos, uma gravura e um pequeno histórico sobre a ilustração. Simão de Vasconcelos e Vieira Fazenda<sup>10</sup> foram dos poucos que tiveram seus nomes associados aos textos. Outros, como Aureliano Restier Gonçalves, Ferreira da Rosa, Agenor Noronha Santos<sup>11</sup> aparecem na *Revista* publicada na década de 1950 sempre tratando de assuntos relacionados à di-

**8** *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1950, vol. 1, Prefácio.

**9** Textos publicados na *Revista do Arquivo do Distrito Federal* de autoria de Mello Moraes Filho: *A missão de Anchieta – idealização das crônicas do século XVII*; Poema para o primeiro catecúmeno de louvação a José de Anchieta; os *Autos da Devassa – a jornada dos mártires*; Galeria republicana – sobre a revolução de Pernambuco de 1824; Tradições populares da Corte – a véspera de Reis; O 7 de abril; D. Rosa Paulina da Fonseca, extraído do *Brasil Histórico*, 1882; Festas de Natal, *Contos Populares do Brasil* (comentário sobre a obra de Sílvio Romero); Teatro Contemporâneo; A véspera de São João; A polícia da cidade em 1825; Os ciganos no Brasil; A Sociedade Santa (chevera kaduscha), episódio de costumes israelitas; A cadeia do Aljube; Ractcliff; O dia de finados; A fazenda Santa Cruz.

**10** Simão de Vasconcelos, natural do Porto, foi padre da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e escreveu *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo... algumas noticias antecedentes curiosas, e necessárias das cousas daquelle Estado* [Lisboa: H. Valente de Oliveira, 1663]. José Vieira Fazenda nasceu no Rio de Janeiro em 1847 e faleceu em 1917 na mesma cidade. Em 1904 ele escreveu um livro intitulado *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* e foi colaborador da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.

**11** Aureliano Restier Gonçalves foi pesquisador, chefe de seção do Arquivo do Distrito Federal e escreveu inúmeros artigos e obras sobre o Rio de Janeiro, entre elas “Carnes Verdes”, publicada na *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, e “Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos, manuscrito inédito publicado pela Prefeitura do Rio/ Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade; Ferreira da Rosa foi professor do colégio Abílio, do Liceu Literário Português, da Escola Normal e do Colégio Militar e colaborador da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*; Francisco Agenor de Noronha Santos foi historiador, cuja passagem pelo Arquivo do Distrito Federal contribuiu para salvar do esquecimento um acervo de grande valor histórico. Escreveu obras importantíssimas, tais como *Corografia do Distrito Federal*, *Meios de Transporte do Rio de Janeiro* e *Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal*.

nâmica administrativa ou através de artigos em que “narram” a história da cidade. Alguns artigos sem autoria, pelo estilo, podem ser atribuídos a um ou outro dos colaboradores mais assíduos. Somente um número foi dedicado a um trabalho de fôlego, o de 1951, que trouxe uma monografia de Ferreira da Rosa intitulada “Memorial do Rio de Janeiro - passagens, fatos, narrativas de acontecimentos, vida e progresso da cidade em meio século (1878-1928)”, que foi matéria única desse tomo.

Observa-se, portanto, certa continuidade, confirmada pelos editores da década de 1950, ao dizer que “não se reivindicam nesta segunda fase prerrogativas de originalidade. Pelo contrário. A revista do século XX é, em tudo, um prolongamento da obra que Barata Ribeiro encetou e Mello Moraes dirigiu, um e outro com o timbre de sua ilustração e operosidade”.<sup>12</sup> Foi mantido, inclusive, o mesmo formato e lançados cinco volumes com cerca de 300 páginas cada.

No entanto, no prefácio, Roberto Macedo faz uma advertência, e, nas entrelinhas, talvez se perceba uma discreta ironia com relação ao que ele considerava “sensível diferença” entre a primeira e a segunda fase da Revista, enfatizando ser-lhe “impossível, malgrado seu, manter o fulgor da colaboração pessoal de Mello Moraes Filho”, razão pela qual renovar-se-iam “os volumes lavoreados por mão alheia”.<sup>13</sup> Além disso, lembrava que havia crescido o interesse bibliográfico em torno da cidade do Rio de Janeiro e que novos especialistas surgiam, multiplicando-se os trabalhos, o que me parece ter acarretado a introdução, com mais freqüência, de colaborações esporádicas sobre temas selecionados da história carioca. Cumpre ressaltar que, raras vezes, os editores dirigem-se diretamente aos leitores, e quando o fazem é sempre de maneira sucinta, tratando objetivamente da organização da *Revista*, sem estabelecer uma reflexão mais profunda a respeito de concepção de história, que norteava a publicação. De periodicidade anual na segunda fase, a *Revista* deixou de circular, definitivamente, em 1954.

**12** *Revista do Archivo do Distrito Federal*, 1951, vol. II, Prefácio.

**13** *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1951, vol. II, Prefácio.

**14** *Revista do Archivo do Distrito Federal*, janeiro de 1894 - Folha de rosto.

A Revista do Arquivo do Distrito Federal trazia, na folha de rosto, logo no primeiro número, a seguinte informação: “Revista mensal de antigos documentos para a história do Rio de Janeiro.”<sup>14</sup> Também na década de 1950, foi explicitado no prefácio do número de relançamento da Revista que o principal objetivo do periódico era publicar documentos que consistiam em uma “preciosa achega para os pesquisadores da antiguidade

carioca”.<sup>15</sup> Essa preocupação estava de acordo com a visão mais moderna de história partilhada por muitos intelectuais da época. Para a historiografia brasileira do final do século XIX e início do XX, as grandes questões giravam em torno de três pontos basilares: a identidade nacional, a construção da nacionalidade e o resgate da memória nacional. Para os positivistas, também envolvidos com a reconstituição histórica da nação brasileira, a historiografia dependia do achado fundamental, o documento original, considerado o fundamento do fato histórico (LeGOFF, 2003). A habilidade do historiador residia em retirar dos documentos o que eles contêm e em nada lhes acrescentar. O melhor historiador seria, assim, segundo Fustel de Coulanges, aquele que se mantivesse o mais próximo possível dos textos (LeGOFF, 2003). Portanto, consoante essas considerações, a fonte primária era indispensável ao mister do historiador, e reunir o maior número de documentos originais consistia em uma obra imprescindível para viabilizar a escrita da história, tarefa da qual se desincumbiram muito bem os editores da Revista do Arquivo do Distrito Federal.

Considera-se interessante comentar que, ao criar, no Arquivo do Distrito Federal, a Seção de História do Distrito Federal, e uma revista visando a publicar os arquivos do Distrito Federal, os formuladores da estrutura da Prefeitura recém-criada deixaram implícita a intenção de pensar aquela conjuntura como um divisor de águas, olvidando o passado de uma cidade na qual ocorreram tantos acontecimentos fundamentais para a construção do Estado brasileiro e desconsiderando a existência de uma linha de continuidade dentro da descontinuidade político-administrativa.

No entanto, ao contrário do que dispunha o Decreto mencionado, o baiano Mello Moraes Filho, poeta, cronista, folclorista, memorialista, autor de extensa bibliografia etnográfica e folclórica, não se ateu ao recorte proposto. Silvio Romero afirma que o ilustre escritor queria que o considerassem “o que sempre foi, o que sempre quis ser, um homem do passado, um homem para quem só tem atrativos nos tempos que já se foram, em umas poucas tradições que já morreram” (MORAES FILHO, 2002, p. 17). O próprio Mello Moraes explicita, em trecho extraído de um artigo seu publicado na *Revista*, sua noção de história, afirmando que “a história de cada povo tem ciclos que se entrelaçam, representando uma cadeia cujos elos prendem-se fatalmente aos tetos dos solares antigos das grandes idéias nacionais”.<sup>16</sup> E de fato, os documentos por ele selecionados na primeira fase da revista expressam essa valorização do passado e da nacionalidade, foram frutos de

<sup>15</sup> *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, 1950, vol. 1, Prefácio.

<sup>20</sup> MORAES FILHO, Mello. *O Padre Roma. Revista do Arquivo do Distrito Federal*, novembro de 1897. p. 52.

um verdadeiro e exaustivo trabalho de arqueologia, que resultou na publicação de peças produzidas a partir praticamente da fundação da cidade.<sup>17</sup>

Como já se mencionou, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* circulou em dois períodos, separados por mais de meio século. Embora em ambos o principal eixo fosse a publicação de documentos, com um reforço maior de publicações de textos inéditos no século XX, se pensarmos que a história é a disciplina do contexto e do processo, o quadro sociopolítico, econômico e institucional em que surgiram e floresceram estas publicações será necessariamente distinto. Assim sendo, optei por refletir mais detidamente sobre os conteúdos da primeira fase da *Revista*.

Nos idos de novecentos, o órgão oficial do Arquivo do Distrito Federal surgiu no bojo das transformações políticas, sociais e econômicas advindas da mudança de regime político e refletiu, na sua concepção, os novos tempos que então se inauguravam. Se, como veremos adiante, o responsável pela publicação no final do século XIX não trouxe para as páginas da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* as discussões que agitavam o panorama sociopolítico e institucional da época, inseriu-se, de uma forma ou de outra, no processo de construção e consolidação do pensamento e do imaginário republicanos.

17 Exemplos: Traslado de duas cartas de terra de Pedro Rodrigues, dadas por Estácio de Sá, capitão – 06/09/1565; Traslado de provisão de Bautista Fernandes de porteiro desta cidade – 19/09/1566; Traslado de provisão de Salvador Correa de Sá para servir de capitão e governador desta capitania – Mem de Sá por ter de correr a costa do Brasil para assegurar terra, 1568.

18 MORAES FILHO. *O Padre Roma*, p. 527.

19 MORAES FILHO, Mello. Galeria Republicana. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, agosto de 1894.

Isso porque, como já assinalamos, Mello Moraes Filho foi o mentor da *Revista do Arquivo do Distrito Federal* e, apesar da extensa obra publicada por ele, são escassas as informações sobre suas posições políticas e ideológicas. No entanto, a leitura dos textos de sua autoria publicados no periódico ajudaram-nos a esclarecer algumas dúvidas sobre como se situava naquela conjuntura. Mello Moraes privilegiou episódios da história do país que integram o processo de luta pela Independência e pela República. São ilustrativos os textos como “O Padre Roma”<sup>18</sup>, sobre a Revolução de 1817, e “Galeria Republicana”<sup>19</sup>, que versa sobre o movimento ocorrido em Pernambuco, em 1824, nos quais faz a elegia dos rebeldes, elevando-os à categoria de heróis da pátria, defensores da liberdade e da república. Ou ainda a publicação de um artigo intitulado “Floriano Peixoto”, lançado dias após a sua substituição na presidência do país por Prudente de Moraes, enaltecendo a participação ativa de Floriano na Guerra do Paraguai e na supressão dos movimentos de contestação surgidos nos primeiros anos do novo regime político, culminan-

do com a frase: “O Brasil estava livre e o respeitado militar recolhia-se a sua vida de simples cidadão.”<sup>20</sup> Embora não leve assinatura, a inclusão do artigo no corpo do periódico evidencia-se não um engajamento no movimento florianista, pelo menos a inexistência de uma aversão ao prócer do jacobinismo.<sup>21</sup> Tradicionalista, Mello Moraes Filho estaria, talvez, mais confortável entre os monarquistas, porém, se o foi, sua adesão à República é perceptível na escolha não só dos assuntos que ele tratou na Revista, como na seleção dos documentos que foram publicados.

**20** Floriano Peixoto. *Revista do Arquivo do Distrito Federal*, dezembro de 1894, p. 540.

**21** Por outro lado, José Murilo de Carvalho ressalta que “embora Floriano fosse católico e aborresse o positivismo, o estilo de governo que representou – autoritário, anticacacas, contra o grande capital, moralista (ao menos na aparência), populista – tinha vários pontos de contato com a proposta positivista”, razão talvez para que lhe erguessem um monumento.

Ao empreender a leitura das fontes primárias trasladadas, constata-se que há certa regularidade de temas. Uma análise do material publicado nos deu acesso aos assuntos considerados prioritários pelo idealizador da Revista e que, em minha opinião, manteriam relação com a criação do simbolismo necessário à legitimação do regime vigente.

Destacam-se na Revista, pela recorrência, os documentos ligados a episódios fundadores da nossa nacionalidade, os vinculados à constituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro e aqueles ligados aos trabalhos da Câmara Municipal, no seu afã administrativo. Buscamos, portanto, o nexo entre os três temas principais e suas inter-relações com a construção do Estado republicano.

José Murilo de Carvalho, na procura pelas justificativas ideológicas que garantiram a consolidação da República brasileira, uma vez que afasta a hipótese de que isto se tenha dado apenas com base na força do arranjo oligárquico, trata da questão da recriação da imagem do novo regime dentro dos valores republicanos. Afirma que no início da República havia unidade de língua, de religião e mesmo unidade política, porém não existia o sentimento de identidade. Era imperativo, então, a busca por uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, e essa seria a tarefa que a geração intelectual da primeira República iria perseguir (CARVALHO, 1990, p. 42). No Brasil, diz Afonso Carlos Marques dos Santos, “o Estado, mais do que em qualquer outra parte da América, antecede à nação. Esta, por sua vez, assim como a nacionalidade, se constituirá em projeto de estadistas e intelectuais” (MARQUES DOS SANTOS, 1992, p. 192). Torna-se, portanto, imprescindível para os pensadores de fé republicana a construção de uma versão oficial dos fatos que se pretende incorporar à história, ou seja, a história passa a ser também instrumento da legitimação do poder.



Neste sentido, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* deu ênfase aos documentos relativos ao processo de emancipação do Brasil da metrópole portuguesa, numa busca pela gênese da nação brasileira, e se elegeram testemunhos que conferiam legitimidade ao novo regime. Para visualizar, citamos alguns dos documentos publicados. No primeiro caso temos a “Representação do povo ao Senado da Câmara pedindo que se suspenda a execução do Decreto da Corte sobre o regresso de sua alteza real à antiga sede da monarquia portuguesa 29/12/1821” (revista de fevereiro de 1895), o “Decreto de 18 de setembro de 1822, em que sua alteza real o príncipe regente providencia a respeito dos indivíduos dissidentes da grande causa da Independência política do reino do Brasil” (revista de março de 1895), “O Fico – auto de vereação de 9 de janeiro de 1822, do qual consta a resolução e palavras de sua alteza real em resposta às representações que lhe foram entregues pelo Senado da Câmara, nos quais pedia o povo à sua alteza real que suspendesse sua saída para Portugal” (revista de março de 1896).

No segundo caso, ressalto documentos produzidos no palco das agitações ocorridas imediatamente ou poucos anos após a Proclamação da República, em que os republicanos forjavam mecanismos para a justificação racional da tomada do poder e para a definição da natureza do novo regime: “Termo de juramento que prestaram os membros do governo provisório perante a Ilustríssima Câmara Municipal” (revista de março de 1896), “Termo de posse do Conselho de Intendência Municipal da Capital Federal dos Estados Unidos da República do Brasil” (revista de janeiro de 1895), “Decreto nº 312, de 1º de agosto de 1896, que altera as armas municipais, acrescentando o barrete frígio” (revista de 1897). O barrete frígio, como nos pontua Carvalho, pendia da lança da figura feminina que representava a República francesa – que os pintores positivistas pensaram utilizar como alegoria cívica da República brasileira – e identificava os libertos na antiga Roma (CARVALHO, 1990, p. 75). Interessante notar que esses são os únicos documentos contemporâneos do editor da Revista a serem publicados no periódico.

José Murilo afirma, ainda, que não há regime que não promova o culto a seus heróis e que a busca de um herói para a República brasileira, diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15 de novembro, encontrou em Tiradentes o mártir que preenchia as exigências necessárias à mitificação (Ibidem, p. 57). Uma república proclamada sem participação popular necessita de legitimação, tornando-se essencial a construção de um imaginário que promova a união e a identidade, forjadas acima de interesses e realidades distintos. A figura de Tiradentes, continua José Murilo de Carvalho, promovia essa identidade. O alferes não antagonizava ninguém, não

dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado, a todos unia sob um ideal, quer fosse a liberdade, a independência ou a república (Ibidem, p. 68).

No processo de construção do mito, o mesmo autor ressalta que um dos marcos importantes foi a publicação da obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva, *História da Conjuração Mineira*, em 1873. Secretário de Estado dos Negócios do Império, Joaquim Norberto havia localizado os Autos da Devassa nos arquivos da Secretaria (Ibidem, p. 62). Embora sua reconstituição da Inconfidência Mineira, obra de um monarquista convicto, fosse contestada pelos republicanos,<sup>22</sup> sua contribuição foi decisiva, por trazer o episódio dos inconfidentes à discussão, a partir da análise de documentos até então desconhecidos.<sup>23</sup>

Mello Moraes Filho aliou-se aos edificadores do mito, pois publicou os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira em Minas Gerais e no Rio de Janeiro em um suplemento histórico dedicado a Tiradentes, em abril de 1894,<sup>24</sup> iniciativa reivindicada como uma homenagem da Intendência Municipal do Distrito Federal ao mártir da Independência, revestida de um caráter de celebração e reconhecimento. É de se notar que essa publicação ocorreu quatro anos depois que, em 1890, o 21 de abril foi declarado feriado nacional.

No mesmo número, publicou um texto de sua autoria denominado “Os Autos da devassa – A Jornada dos Mártires”, e uma gravura do monumento erguido a Tiradentes em Ouro Preto, acompanhada de sua descrição, extraídos da *Gazeta de Notícias* de 11/01/1894. Partes dos “Autos da devassa” – sentenças, embargos, defesa, entre outros – foram publicados em números subsequentes.<sup>25</sup>

Mello Moraes Filho tinha algumas restrições aos conjurados, analisando a sua participação de forma contraditória, pois ora afirmava que seus inte-

<sup>22</sup> Segundo comenta Carvalho, Joaquim Norberto foi contrário à construção de um monumento a Tiradentes no Rio de Janeiro por considerar que “Tiradentes era figura secundária e discordar da representação do mártir vestido de alva, barão ao pescoço, ‘como se o governo colonial quisesse eternizar a sua lição de terror’.” (CARVALHO, 1990, p. 62).

<sup>23</sup> Com base no trabalho de Márcio Jardim, Luciano Figueiredo afirmou que a publicação dos documentos foi feita pela primeira vez por Mello Moraes Filho. Por outro lado, de acordo com a “V – Explicação – Transcrição do Prefácio da 1ª ed. dos Autos da Devassa”, esses documentos foram publicados por Mello Moraes (pai) no *Brasil Histórico* e por Mello Moraes (filho) no periódico do Arquivo do Distrito Federal. In: SOARES, Sônia Regina Pint. Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador – um olhar sobre Minas Gerais colonial. – Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002. Dissertação de mestrado (publicação on-line).

<sup>24</sup> Revista do Arquivo do Distrito Federal, abril de 1894.

<sup>25</sup> Tais como Termo de confrontação de testemunhas, Auto de exame que se fez em bacamarte que se achou ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, Informação de Joaquim Silvério dos Reis sobre o padre que sabia aonde estava Tiradentes, Auto de perguntas e acareação feitas ao pardo Alexandre escravo do padre José da Silva Oliveira Rolim, Auto de perguntas feitas a José Alvarez Macie, etc.

grantes “não pertenciam à raça dos Caneca, padre Roma, Ractcliff e tantos outros”, uma vez que esse movimento “era antes contemplativo do que ativo”.<sup>26</sup>; ora pronunciava-se a favor do alferes dizendo que ele era o único que lhe parecia acompanhar “a questão pelo lado mais prático e real”.<sup>27</sup> Porém, ao descrever o martírio de Ractcliff e reconhecer seu “ânimo inquebrantável,”<sup>28</sup> menciona “as fraquezas de Tiradentes no ato do interrogatório”.<sup>29</sup> Paradoxalmente, em texto publicado em 1897, intitulado “Tiradentes”, recupera a figura do herói ao finalizar a descrição dos rituais macabros do cumprimento da sentença com a frase: “Era Tiradentes, que, no altar ensangüentado do patíbulo, celebrava a missa nova da Liberdade e da República!...”<sup>30</sup>

<sup>26</sup> MORAES FILHO, Mello. *O Padre Roma*, p. 527.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>28</sup> MORAES FILHO, Mello. *Galeria Republicana*, p. 347.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>30</sup> MORAES FILHO, Mello. *Tiradentes*. Revista do Archivo do Distrito Federal, junho de 1897.

Os principais historiadores do século XIX elegeram como marcos fundadores da história brasileira os episódios do Descobrimento do Brasil e da Independência do jugo português. Como vimos, Mello Moraes Filho buscou a origem do Estado republicano e o herói que lhe dava consistência na Inconfidência Mineira e nos movimentos de contestação ao regime vigente que antecederam e se seguiram à Independência.

Retomando o fio da meada, o segundo tema recorrente nas páginas da Revista é a reconstituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro, reconstituição essa que pode ser recuperada, entre outras fontes, através das informações contidas nas cartas de sesmarias, de doação de terras às ordens religiosas, nos cadernos de arrematação de terras, nos autos de demarcação de terras e de pagamento de foros, nos documentos de fixação dos limites da cidade, nas cartas de sobejo. São também significativos os atos de provisão daqueles que exerciam o ofício de medidor de chão. Isto porque para que uma sesmaria viesse a se consolidar era preciso cumprir três exigências: celebrar a cerimônia de posse da terra para mostrar que estava livre e desimpedida, obter a confirmação da doação a uma autoridade superior e, finalmente, executar a medição das terras para demonstrar que ela estava realmente desocupada (CAVALCANTI, 2004, p. 58).

Dentro da mesma temática de formação do patrimônio imobiliário da cidade, a Revista traz, ainda, inúmeros documentos referentes às terras doadas às ordens religiosas, principalmente às fazendas de Santa Cruz, do Engenho Novo, do Engenho Velho e de São Cristóvão, confiscadas aos jesuítas por

ocasião de sua expulsão, em 1759, de Portugal e de seus domínios. Seu conteúdo versa sobre o seqüestro e o inventário dos bens e sobre o arrendamento das terras pertencentes aos inacianos, que passaram a pertencer à Coroa portuguesa. Anos depois, a Coroa procedeu ao leilão das mesmas, incorporando-as à cidade. A insistência na publicação de documentos referentes aos domínios jesuíticos poderia estar ligada à querela que se estabeleceu entre a Câmara Municipal e a Companhia de Jesus, desde meados do século XVII, com relação à demarcação das terras de domínio público. Os padres da Companhia de Jesus aventavam que haviam recebido suas sesmarias antes das doadas ao Conselho e conseguiram, assim, embargar a definição dos limites das terras públicas durante muitos anos. Intensas foram as lutas da Câmara, não só contra os jesuítas, mas também contra os particulares intrusos para submetê-los ao domínio direto da municipalidade de forma a garantir sua posse e ter meios legais de cobrar o foro. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal* chama, assim, a atenção dos historiadores para um conjunto documental que permite reconstituir um capítulo importante da formação do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, a procura por reunir e publicar registros de distribuição, posse e medição de terras, desde a doação por Estácio de Sá de duas sesmarias limítrofes, uma, no dia 1º de julho de 1565, para a Companhia de Jesus, e outra para rocio e termo da cidade, em 16 de julho do mesmo ano, confirmadas e ampliadas em 18 de agosto de 1567 por Mem de Sá, parece-me manter relação com a necessidade de reconstituição histórica de um território importante geopoliticamente. O Município Neutro da Corte fora extinto, o novo Distrito Federal passara a ocupar o mesmo espaço e o sucedera como centro do Estado brasileiro.

O conceito de capitalidade pode nos ajudar a avançar nesta questão. De acordo com André Nunes de Azevedo, a capitalidade é

*um fenômeno tipicamente urbano, que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura a novas idéias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepiona. Este conjunto simbólico, que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração de acontecimentos políticos e culturais de uma região do país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. Esta esfera simbólica evolui, sendo redimensionada ao sorver novas experiências, constituídas e constituidoras da tradição da urbe (AZEVEDO, 2000, p.45).*

O Rio de Janeiro que fora capital do Vice Reino, Município Neutro da Corte, centro econômico, financeiro, social, político e cultural durante mais de um século, deveria manter essa tradição – essas características que lhe eram inerentes –, porém, naquilo que encerra uma aparente contradição, necessitava ser refundada, agora sob um novo estatuto, revestida de outros valores. Tinha a seu favor um passado ilustre, e o fato de que, apesar da desorganização do Partido Republicano do Rio de Janeiro – derivada das inúmeras correntes e dissidências no seu interior –, fora palco das principais lutas e episódios ligados ao movimento republicano, sítio onde se desenrolaram o ato da Proclamação da República e seu reconhecimento pela Câmara Municipal. Reescrever a história deste espaço figurava como uma tarefa imprescindível que exigia a recomposição da memória local, a reconstituição dos acontecimentos recentes que culminaram na República e que resultariam na reafirmação da identidade da cidade e de sua população com o novo regime.

Os documentos relativos ao exercício da administração da cidade pela Câmara Municipal – provimento de cargos administrativos de porteiro, piloto, de carcereiro, as cartas de patente, o exame para parteira, as atas da câmara, as vereações e os autos de correição, entre tantos outros –, decorrem do fato de que a Casa dos “homens bons” foi a principal instituição da cidade durante mais de três séculos. A Cidade e sua Câmara eram corpos inseparáveis, a história da Câmara Municipal acompanhou *pari passu* a história da Cidade. Embora algumas vezes perdesse atribuições e visse seu poder esvaziado, o Conselho teve uma participação decisiva em vários momentos cruciais para o Rio de Janeiro e seus habitantes e mesmo para o país. Durante os períodos colonial e imperial a Câmara Municipal recebeu dois títulos honoríficos. Em 1714, através de uma provisão régia, passou a denominar-se Senado da Câmara, em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa portuguesa no combate aos franceses, que invadiram a cidade em 1711. Em 1841, pela sua participação no processo de Independência, recebeu do Imperador D. Pedro II o título de Senhora e Ilustríssima Câmara Municipal. E não podemos esquecer sua adesão, ainda no calor da hora, ao governo provisório que se instalou após a Proclamação da República, conforme atesta o documento a que fiz referência anteriormente, relativo ao reconhecimento do novo governo pela Câmara Municipal. A Câmara tivera também participação destacada no movimento abolicionista. Desde 1883 passara a atuar objetivamente com relação à superação do trabalho compulsório. Em 1884, a Ilustríssima Câmara criou, inclusive, o Livro de Ouro, visando a registrar os nomes daqueles que fizessem subscrições para a causa da libertação dos escravos, e que hoje encontra-se nos arquivos da Câmara dos Vereadores. Ainda que possa ser considerada uma atitude conservadora, que reconhecia a legalidade da

propriedade escrava, e que não houvesse, entre os vereadores, unanimidade de pensamento com relação às formas de supressão do trabalho escravo, não deixou de ser um reforço no embate contra o regime escravocrata, refletindo em suas fileiras toda a tensão dos conflitos em torno da questão servil que eclodiam na sociedade da época.

A autonomia da Câmara Municipal, ao inserir-se no movimento abolicionista, embora legalmente a questão servil não estivesse sob sua jurisdição, nos leva a indagar por que razão Mello Moraes Filho, que, como dissera Silvio Romero, “quanto aos negros, não declamou sobre o fato da escravidão; (mas) observou a vida dos cativos e reproduziu-lhes as peripécias principais” (MORAES FILHO, s/d, p. 3), não concedeu importância aos documentos relacionados ao trabalho compulsório. Apesar do arquivo da Câmara dispor de riquíssima documentação sobre escravos de ganho e de aluguel, sobre o ofício de capitão-do-mato, guardasse as listas de subscrições destinadas à alforria de escravos; embora as Atas da Câmara registrassem todas as discussões que ocorreram entre seus membros, alguns alinhados aos interesses dos proprietários de escravos, outros a favor da libertação dos cativos e outros, ainda, como José do Patrocínio, que teve uma atuação destacada na luta para a emancipação dos escravos, são raros os documentos sobre o regime servil publicados na *Revista*. O periódico dedicou-se a divulgar documentos exclusivamente produzidos no século XVIII, versando sobre proibição de maus tratos aos escravos, dos cativos usarem sedas e cambraias, sobre a obrigação de se registrarem as cargas de negros, sobre negros aquilombados e apenas um sobre capitão-de-mato, mas datado de 1797.

A historiografia recente tem se debruçado sobre o silêncio e sobre o não-dito, buscando seus significados. No caso em questão, parece-me que a nódoa da escravidão era ainda uma marca muito recente e, se na época de sua vigência havia quase que um acordo tácito em não se falar sobre o assunto, muito menos se levantaria o tema – que tantos constrangimentos trouxera aos mais ilustrados e ao próprio imperador – após a assinatura da Lei Áurea e a implantação de um novo regime político que preconizava o rompimento com tudo o que ocorrera anteriormente. A Abolição da Escravidão, que fora um ato da herdeira do Império e, além disso, os rituais de libertação, verdadeiras solenidades que eram marcadas pela Câmara sempre em datas ligadas a efemérides da família imperial, tornavam a iniciativa dos vereadores atos plenamente identificados com o regime monárquico. Portanto, extemporâneos em um momento em que se buscava a união de todos na construção e legitimação de um projeto republicano.

Este trabalho consiste em uma reflexão ainda inaugural e pioneira acerca da Revista do Arquivo do Distrito Federal. Evidentemente, muitas outras leituras são possíveis, pois cerca de 300 documentos foram transcritos na primeira fase e tantos outros na segunda, assim como muitos textos e seus autores estão ainda à espera de que os historiadores se debruçam sobre eles.

Concluindo, a *Revista do Arquivo do Distrito Federal* foi, no seu momento inicial, uma publicação inteiramente concebida por Mello Moraes Filho, um espaço no qual ele divulga sua produção intelectual, comenta textos de outros escritores, publica os documentos por ele selecionados ou que, provavelmente, passaram pelo seu crivo. Pouca oportunidade é dada a outros funcionários da instituição e os artigos de outros intelectuais, quando divulgados, guardadas as poucas exceções, não revelam a autoria. Porém, apesar desse personalismo e de sua curta existência, a Revista da década de 1890 tornou-se valiosa fonte de consulta, tanto por seu conteúdo quanto por sua raridade.

A *Revista* passou a atrair a atenção dos historiadores principalmente a partir dos últimos 20 anos do século XX, quando aumentou a curiosidade sobre o passado da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou um importante tema de análise e reflexão, tanto no meio acadêmico como nos meios de comunicação de massa. Esse interesse não se desfez, e mesmo aumentou, com a entrada no século XXI. A *Revista do Arquivo do Distrito Federal* não só constitui uma fonte preciosa para os estudiosos da cidade, estimulando a reflexão sobre as trajetórias desta cidade/capital, como representa um atestado inquestionável do valor histórico do acervo sob a custódia do Arquivo da Cidade.

## **Fontes**

Revista do Arquivo do Distrito Federal

- janeiro a dezembro de 1894
- janeiro a dezembro de 1895
- janeiro a dezembro de 1896
- janeiro a dezembro de 1897

1950 - Vol I

1951 - Vol II

1952 - Vol III

1953 - Vol IV

1954 - Vol V

## **Bibliografia**

AZEVEDO, André Nunes. "A Capitalidade do Rio de Janeiro". In: *Anais do Seminário Rio de Janeiro Capital Capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

GONÇALVES, Aureliano Restier. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004. Coleção Memória Carioca, vol. 4.

Le GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

MARQUES DOS SANTOS, Afonso Carlos. *No rascunho da nação: a Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal

de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. Biblioteca Carioca.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção Biblioteca Brasileira.

\_\_\_\_\_. *Os ciganos no Brasil e cancionário dos ciganos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. *Serenatas e saraus*. – Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1901. Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira.

\_\_\_\_\_. *Quadros e crônicas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Loureiro Editor, s/d.

QUEIROZ, Suely Robles dos Reis. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, s/d.

SALGADO GUIMARÃES, Manuel Luis. "A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1838-1857)". In: *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1916. Coleção Documentos Brasileiros.



## RESUMO

Este trabalho consiste em uma reflexão inaugural e pioneira acerca da primeira fase da *Revista do Arquivo do Distrito Federal*. Criada em 5 de agosto de 1893, após a Proclamação da República, no bojo das transformações políticas, sociais e econômicas advindas da mudança de regime político, refletiu, na sua concepção, os novos tempos que então se inauguravam. Se Mello Moraes Filho, mentor da revista, não trouxe para suas páginas as discussões que agitavam o panorama sociopolítico e institucional da época, inseriu-se no processo de construção e consolidação do pensamento e do imaginário republicanos, através da seleção dos documentos publicados e dos assuntos nela tratados. O estudo procura estabelecer o nexo entre as fontes ligadas a episódios fundadores da nossa nacionalidade, à constituição do patrimônio territorial da cidade do Rio de Janeiro e ao exercício da vereança e suas inter-relações com a construção do estado republicano.

Palavras-chave: **República, Positivismo, Arquivo, Câmara Municipal, Distrito Federal, Memória.**

## ABSTRACT

This work provides novel and pioneer considerations concerning the first phase of the *Federal District Archive Journal*. Instituted on 5<sup>th</sup> August, 1893, after the Proclamation of the Republic and in the midst of the political, social and economic changes brought about by the new political regime, the very conception of the Journal reflected the beginnings of the new era. Although Mello Moraes Filho – the Journal’s mentor – did not reproduce the discussions that excited the social, political and institutional scene of the period, the Journal did serve to build-up and consolidate republican notions and thought by carefully selecting the articles published and the subjects they broached. The study intends to establish the ties between the sources linked to founding episodes of our national identity, the advent of the city of Rio de Janeiro as a territorial heritage and the role of city councillors and the interrelationship of their influence with the construction of the republican state.

Keywords: **Republic, Positivism, Archive, Municipal Council, Federal District, Memory.**

